



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 18ª (DÉCIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA
DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 18ª (décima oitava) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/1603/2017, 1/2516/2017, 1/3786/2017, 1/4077/2017, 1/4105/2017, 1/4180/2017, 1/5281/2017, 1/6547/2017, 1/121/2017. Foi lida e aprovada a ata da 17ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5262/2017 – Auto de Infração nº 1/201714463. RECORRENTE: PH COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto ao argumento da recorrente por duplicidade da autuação sob a alegação de que o presente auto (deixar de escriturar na EFD) é similar ao AI 2017.14481, cujas Notas Fiscais (nº 4062, 4063, 4064, 4065) objeto de autuação do referido auto de infração, se refere a falta de recolhimento ICMS DIFAL –** Afastado por unanimidade de votos, tendo em vista que o auto de infração citado, de nº 2017.14481, trata de motivação diversa do auto de infração sob análise, o primeiro trata de descumprimento obrigação principal e, o presente auto de descumprimento de obrigação acessória, portanto, não incorre sobre o mesmo fato tido como infracional, embora a autuação recaia sobre as mesmas Notas Fiscais em ambos os autos; **2- Quanto ao argumento da recorrente por falta de precisão e clareza da autuação uma vez que AI 201714469, o autuante afirma nas informações Complementares que essas notas foram escrituradas sem oposições de selo fiscais de trânsito –** Afastada, por unani-

midade de votos, uma vez que o autuante afirma que a escrituração se deu após a ciência do Termo de Início de Fiscalização com a EFD retificada; **3- Em relação a penalidade aplicada com previsão no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96**, alega a recorrente que a alteração da expressão “modalidade eletrônica” pela “inclusive em sua modalidade eletrônica”, referente ao Livro Registro de Entradas, trazida pela Lei nº 16.258/2017, só é cabível a partir da vigência da referida lei - entendem os senhores Conselheiros que não procede esse argumento uma vez que este Colegiado tem o entendimento de que é uma exigência preexistente à lei 16.258/2017 e, o termo “inclusive em sua modalidade eletrônica” dá ênfase a essa obrigatoriedade. **4- No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por maioria de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, modificar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, inciso VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017 e, em consonância com o artigo 106, inciso II, alínea “c” do CTN que estabelece que a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando lhe comina punibilidade menos severa que a prevista por lei vigente ao tempo de sua prática. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, contrária a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. A Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto votou pela procedência da autuação nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/5282/2017 – Auto de Infração nº 1/201714465. RECORRENTE: PH COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, por recomendação do representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, para verificar se foram escrituradas as Notas Fiscais, objeto desta autuação, nos livros contábeis do contribuinte. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1490/2018 – Auto de Infração nº 1/201801244. RECORRENTE: LUCIMAR C. DE ARAÚJO. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração, em razão da ausência de notificação prévia do contribuinte – nos termos do § 5º, do art. 276, “a”, do Dec. nº 24.569/97 – impossibilitou o exercício do direito a retificação dos arquivos da EFD – Afastada por unanimidade de votos, por não se configurar no presente caso, a situação trazida no presente processo portanto não configurando cerceamento ao direito de defesa e do contraditório. **Em relação a aplicação da penalidade, arguida pela recorrente, prevista no art. 126, § Único, da Lei nº 12.670/96** – Afastada por unanimidade de votos, por se tratar de fato infracional com penalidade específica. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, reformar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, em razão do equívoco verificado quando o autuante aplicou 1.000 UFIRCEs para todo o período fiscalizado, sem antes efetuar o cálculo de 2% (dois por cento), sobre o valor das operações por período, para que fosse verificado e obedecido o limite de 1.000 UFIRCEs, conforme dispõe o art. 123, inciso VIII, alínea “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Es-

tado. **Processo de Recurso Nº 1/1491/2018 – Auto de Infração nº 1/201801245. RECORRENTE: LUCIMAR C. DE ARAÚJO. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, **quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração, em razão da ausência de notificação prévia do contribuinte – nos termos do § 5º, do art. 276, “a”, do Dec. nº 24.569/97 – impossibilitou o exercício do direito a retificação dos arquivos da EFD –** Afastada por unanimidade de votos, por não se configurar no presente caso, a situação trazida no presente processo portanto não configurando cerceamento ao direito de defesa e do contraditório. **Em relação a aplicação da penalidade, arguida pela recorrente, prevista no art. 126, § Único, da Lei nº 12.670/96 –** Afastada por unanimidade de votos, por se tratar de fato infracional com penalidade específica. **No mérito,** a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, reformar a decisão condenatória exarada na 1ª Instância, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, em razão do equívoco verificado quando o autuante aplicou 1.000 UFIRCEs para todo o período fiscalizado, sem antes efetuar o cálculo de 2% (dois por cento), sobre o valor das operações por período, para que fosse verificado e obedecido o limite de 1.000 UFIRCEs, conforme dispõe o art. 123, inciso VIII, alínea “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Transcrevemos aqui a manifestação de reconhecimento, do Conselheiro Ricardo Ferreira Valente Filho, ao trabalho desenvolvido na Assessoria Processual Tributária: "Meu elogio foi pelo belo trabalho exercido pela Assessoria Processual Tributária por todo esse tempo que estou no CONAT, e o que há de mais brilhante no trabalho deles é a imparcialidade de suas análises, isenção em suas sugestões, e a qualidade do escopo jurídico deleitado sob os auspícios de busca incessante da justiça fiscal! ressaltando que a metodologia utilizada hoje é a mais acertada, onde suas sugestões podem ser adotadas ou não pela PGE, pelos conselheiros, bem como pelo contribuinte, que podem manifestar suas posições contrárias oralmente em sessão ou por escrito, e qualquer outro meio de mudança, gera totalmente o absurdo comprometimento da justiça fiscal!" O Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, também enalteceu a competência e eficácia do trabalho realizado na Assessoria Processual Tributária. Destacou ainda, as qualidades técnicas, ética e comprometimento como conduzem o trabalho de assessoria à Presidência do CONAT, bem como à Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira fez reverências ao Presidente da Câmara: "Gostaríamos de enaltecer a conduta do nosso Presidente, Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira, pela forma harmoniosa que conduz os trabalhos da 3ª Câmara deste Contencioso, sempre prezando pelo respeito a dialética das ideias e orientando a esta Câmara com admirável maestria. Deixamos registrados os sentimentos de admiração, respeito e carinho, ao nosso Presidente pelo exemplo a ser seguido". **Nada mais havendo a tratar,** o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 25 (vinte e cinco) de setembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA